

Passos Maia Energética S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Passos Maia Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Passos Maia Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Passos Maia Energética S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Processos investigativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, a qual descreve que: (i) como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft (“Grupo”), após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”) e de suas controladas, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada à SKER, e o verificado durante essa investigação foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a Companhia firmou um acordo de leniência com as autoridades federais para um desses casos denunciados. Em relação aos outros casos, no atual estágio, não é possível prever o resultado final; (ii) a SKER, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas aos fundos de participação detidos pela Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF - ANIPA, cujo objetivo é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, o que, atualmente, vem sendo classificado com avaliação de risco possível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de class global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactar positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS



Renato Vieira Lima

Contador

CRC nº 1 SP 257330/O-5

PASSOS MAIA ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.100	6.017	Fornecedores	10	2.908	605
Contas a receber	7	3.168	10.062	Impostos a recolher		490	891
Outros ativos		<u>83</u>	<u>189</u>	Dividendos a pagar	12.d	5.964	7.209
Total do ativo circulante		<u>5.351</u>	<u>16.268</u>	Outros passivos		<u>290</u>	<u>312</u>
				Total do passivo circulante		<u>9.652</u>	<u>9.017</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Outros ativos		38	2.481	Provisão para riscos cíveis e fiscais	17	2.064	3.056
Imobilizado	8	89.304	89.998	Outros passivos		<u>103</u>	<u>-</u>
Intangível	9	<u>10.909</u>	<u>754</u>	Total do passivo não circulante		<u>2.167</u>	<u>3.056</u>
Total do ativo não circulante		100.251	93.233				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	12.a	60.617	65.617
				Reserva de capital	12.b	6.619	6.619
				Reservas de lucros	12.c	<u>26.547</u>	<u>25.192</u>
				Total do patrimônio líquido		93.783	97.428
TOTAL DO ATIVO		<u>105.602</u>	<u>109.501</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>105.602</u>	<u>109.501</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSOS MAIA ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
	explicativa		
Receita líquida do fornecimento de energia elétrica		42.760	42.703
Receita líquida da prestação de serviços		35	27
RECEITA LÍQUIDA	14	<u>42.795</u>	<u>42.730</u>
Custo do fornecimento de energia elétrica	15.a	(13.535)	(7.608)
LUCRO BRUTO		<u>29.260</u>	<u>35.122</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	15.b	(1.674)	(1.835)
Outras despesas		<u>(2.257)</u>	<u>(113)</u>
		<u>(3.931)</u>	<u>(1.948)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>25.329</u>	<u>33.174</u>
Receitas financeiras		1.059	211
Despesas financeiras		<u>(50)</u>	<u>(1.529)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	16	<u>1.009</u>	<u>(1.318)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>26.338</u>	<u>31.856</u>
Imposto de renda e contribuição social	11	(1.228)	(1.502)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>25.110</u>	<u>30.354</u>
Lucro do exercício básico e diluído por ação do capital social - R\$		3,985	4,626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSOS MAIA ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	25.110	30.354
Outros componentes do resultado abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>25.110</u>	<u>30.354</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSOS MAIA ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020		37.617	6.619	1.197	8.963	-	54.396
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	30.354	30.354
Aumento de capital	12.a	40.000	-	-	-	-	40.000
Redução de capital	12.a	(12.000)	-	-	-	-	(12.000)
Constituição de reserva legal	12.d	-	-	1.518	-	(1.518)	-
Dividendo mínimo obrigatório	12.d	-	-	-	-	(7.209)	(7.209)
Dividendos adicionais pagos	12.d	-	-	-	(8.113)	-	(8.113)
Constituição de reserva de retenção de lucros	12.c	-	-	-	21.627	(21.627)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>65.617</u>	<u>6.619</u>	<u>2.715</u>	<u>22.477</u>	<u>0</u>	<u>97.428</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	25.110	25.110
Redução de capital	12.a	(5.000)	-	-	-	-	(5.000)
Constituição de reserva legal	12.d	-	-	1.256	-	(1.256)	-
Dividendos adicionais distribuídos	12.d	-	-	-	(17.791)	-	(17.791)
Dividendo mínimo obrigatório	12.d	-	-	-	-	(5.964)	(5.964)
Constituição de reserva de retenção de lucros	12.c	-	-	-	17.891	(17.891)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>60.617</u>	<u>6.619</u>	<u>3.970</u>	<u>22.577</u>	<u>0</u>	<u>93.783</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSOS MAIA ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes dos tributos		26.338	31.856
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:			
Rendimento sobre aplicação financeira restrita		-	(15)
Repactuação do risco hidrológico	9	(10.439)	-
Depreciação e amortização	8 e 9	1.822	1.595
Encargos financeiros de financiamentos		-	228
Provisão para riscos cíveis e fiscais	17	(992)	791
Baixa de ativo imobilizado	8	46	-
Despesas financeiras sobre arrendamentos		20	5
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		6.894	(6.690)
Almoxarifado		-	359
Outros ativos		2.549	3
Fornecedores		2.303	(1.412)
Imposto e contribuição a pagar		(401)	138
Outros passivos		61	(335)
Juros pagos sobre financiamentos		-	(364)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.228)	(1.502)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais continuadas		<u>26.973</u>	<u>24.657</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Resgates de aplicação financeiras restritas		-	3.033
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	8 e 9	(890)	(599)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>(890)</u>	<u>2.434</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos de financiamentos - principal		-	(44.932)
Aumento de capital recebido líquido das reduções efetuadas	12.a	(5.000)	28.000
Dividendos pagos	12.d	(25.000)	(11.101)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(30.000)</u>	<u>(28.033)</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(3.917)</u>	<u>(942)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	6.017	6.959
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	2.100	6.017
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(3.917)</u>	<u>(942)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSOS MAIA ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Passos Maia Energética S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina.

Constituída em 20 de dezembro de 2006, a Companhia é uma sociedade de propósito específico que tem por atividade a construção e exploração comercial de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), com 25,0 MW de potência instalada, localizada no rio Chapecó, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, no Município de Passos Maia, norte do Estado de Santa Catarina.

A autorização para a Companhia estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica foi obtida em 2 de março de 2004 (Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 68) pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação da referida resolução, não sendo requerido qualquer pagamento pelo uso do bem público. Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Em 3 de junho de 2011, conforme despacho nº 2.363 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a PCH Passos Maia obteve autorização para alteração do nome do empreendimento para PCH Victor Batista Adami. A aprovação por parte dos acionistas da Companhia ocorreu na AGE de 08 de novembro de 2011.

A Companhia firmou, em 14 de dezembro de 2009, Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE) com a CEMIG Geração e Transmissão S.A. (“CEMIG”), na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), na modalidade de fornecimento de energia elétrica incentivada, sendo a energia contratada de 12,5MW médios por ano, pelo prazo de 14 anos, compreendido entre 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2025.

A Companhia é controlada em conjunto pela Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”) e Adami S.A. - Madeiras (“Adami”), ambas detendo 50% das ações do empreendimento cada.

A Companhia analisou os impactos do COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem “impairment” de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

1.1. Repactuação do Risco Hidrológico (Liminar GSF - “Generation Scalling Factor”)

A retração de geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos feitos pelos geradores hidrelétricos no mercado de curto prazo, devido ao agravamento do GSF. Esse fato fez com que as usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE ajuizassem ações judiciais para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta das liminares favoravelmente concedidas a essas ações judiciais, a Companhia esteve protegida do efeito controverso do MRE, até que tal matéria fosse julgada.

Em 15 de dezembro de 2017, a liminar que protegia a Companhia foi derrubada pela União e o saldo de mercado de curto prazo no montante de R\$11.462 foi liquidado na data de 9 de janeiro de 2018, entretanto sem extinguir a discussão sobre o impacto do GSF às geradoras.

Em 8 de setembro de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.052, que trata do GSF e estabelece o ressarcimento às usinas integrantes do MRE, por meio de extensão de outorga decorrente dos impactos ocasionados pela Geração Térmica Fora da Ordem de Mérito - GFOM, antecipação de garantia física dos empreendimentos estruturantes e pelas restrições de transmissão, criando, assim, as bases para destravar o Mercado de Curto Prazo. Os termos dessa Lei foram regulamentados pela Aneel por meio da REN nº 895/2020.

A Administração da Companhia decidiu aderir ao Acordo e assinar o Contrato (Termo de Aceitação), e renunciando ao direito de novas ações judiciais sobre o GSF.

Em 03 de agosto de 2021 e 14 de setembro de 2021, foram publicadas pela ANEEL, respectivamente, as REH Nº 2.919 e REN Nº 2.932, com os valores finais das extensões calculadas pela CCEE com base na REN Nº 895/20.

A Companhia recebeu a extensão da concessão fundamentada por lei em 3,81 anos, garantindo o novo prazo de concessão para dezembro de 2037 (anteriormente março de 2034), conforme mencionado na nota explicativa nº 10.

1.2. Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou capital circulante líquido negativo de R\$4.301 (R\$7.251 de capital circulante líquido positivo em 31 de dezembro de 2020). A Administração entende não haver riscos de liquidez, visto que parte substancial dos passivos circulantes se refere a dividendos a pagar aos acionistas, enquanto os ativos circulantes são representados pelo saldo de contas a receber em aberto, levantadas na data destas demonstrações financeiras. A Administração prevê a geração de caixa decorrente da venda de energia conforme contrato com a CEMIG em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso das aplicações financeiras, é ajustado para refletir o valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 18 de fevereiro de 2022.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

3.3.1. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.3.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou ainda realizar o ativo e simultaneamente liquidar o passivo.

3.3.3. “Impairment” de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por “impairment” são incorridas somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por “impairment” é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por “impairment” é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o “impairment” com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por “impairment” diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o “impairment” ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.4. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, assim como não realizou operações com derivativos financeiros (contratos de “swap”, troca de moedas ou indexadores, contratos futuros, mercado a termo e de opções, entre outros), neste exercício.

3.5. Contas a receber

O saldo de contas a receber corresponde à venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras, contabilizado pelos valores faturados, e recebíveis referentes liquidações do Mercado de Curto Prazo - MCP. A provisão para créditos de realização duvidosa é avaliada levando em consideração as perdas esperadas na realização dos créditos. Na data-base das demonstrações financeiras não havia necessidade de provisão constituída em razão da inexistência de expectativa de perda quanto à realização dos referidos créditos.

3.6. Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado quando das suas obsolescências. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Aplicável até 30 de setembro de 2019

A depreciação do ativo imobilizado foi calculada usando o método linear considerando seus custos e seus valores residuais durante sua vida útil técnica estimada, limitados ao prazo de autorização (vide nota explicativa nº 10).

Aplicável a partir de 1º de outubro de 2019

A partir de 1 de outubro de 2019, a depreciação do ativo imobilizado passou a ser calculada utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do MCSE (Manual de Contabilidade do Setor Elétrico) da ANEEL, em função do entendimento da administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

3.8. Intangível

Está representado pelos custos correspondentes a aquisição de sistemas de informação, valores de compensações ambientais e ativo regulatório decorrente da extensão da concessão reconhecido no exercício corrente. Os softwares são amortizados pela vida útil esperada pela sua utilização, e as compensações ambientais pelo prazo de autorização da usina.

a) Compensações ambientais

A Compensação Ambiental é um mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos não mitigáveis ocorridos quando da implantação de empreendimentos, e identificados no processo de licenciamento ambiental. Estes recursos são destinados as Unidades de Conservação para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Entende-se que o benefício desta compensação se dá por todo o período de operação da planta independente da liquidação financeira, e que seu valor é mensurado conforme o percentual aplicado ao total de ativo imobilizado (ou seja, de forma confiável), preenchendo assim as prerrogativas para reconhecimento de ativos intangíveis.

3.9. Redução ao valor recuperável

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Em 31 de dezembro de 2021, não há indicação de desvalorização que possa requerer a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

3.10. Fornecedores e saldos a pagar de mercado de curto prazo

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Já as contas a pagar apresentadas como passivo não circulante, são as devidas num prazo maior que 12 meses.

3.11. Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.12. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produção de energia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança. É provável que benefícios futuros fluirão para a Companhia se critérios específicos tiverem sido atendidos.

O reconhecimento se dá conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN – Sistema Integrado Nacional. Contudo, caso os participantes do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia - não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do GSF (“Generation Scalling Factor”), que reduz a garantia física das usinas, e por consequência suas receitas.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de transação e as especificações das operações de venda de energia.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de Lucro Presumido para apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado. Nesse regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, acrescida das demais receitas auferidas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

3.14. Provisões para riscos cíveis e fiscais

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da Administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

3.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto pelo estatuto social da Companhia.

3.16. Autorização não onerosa

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 2 de março de 2004, a Companhia obteve da ANEEL a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, não sendo requerido qualquer pagamento pelo uso do bem público (UBP). A Companhia analisou a referida autorização e o contrato de venda de energia firmado com a CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais e concluiu que os mesmos estão fora do alcance da ICPC 01 - "Contratos de Concessão", sendo aplicados os CPC 27 - "Ativo Imobilizado" e CPC 47 - "Receita de Contrato com Cliente".

3.17. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) – “Arrendamentos”: Em 28 de maio de 2020, o IASB alterou a norma IFRS 16 estabelecendo medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel decorrentes de resultados diretamente relacionados à COVID-19. Tais alterações consideram que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento, reconhecendo os efeitos da concessão de forma apropriada em cada caso. Estas tratativas devem ser aplicadas apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:
 - a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança.
 - b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 31 de dezembro de 2021.
 - c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

Até o fechamento do exercício, a Companhia não teve alterações em seus contratos de arrendamentos que refletissem benefícios ou concessões decorrentes do COVID-19 e, portanto, não aplicou as alterações previstas na IFRS 16 (conforme emitidas pelo IASB em maio de 2020).

- CPC 48 (IFRS 9) – “Instrumentos Financeiros”: A norma foi revisada incluindo o termo ‘Reforma da taxa de juros de referência’ que refere-se à uma taxa de juros de referência, reformada em todo o mercado, levando à necessidade de mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais que geram os ativos e passivos financeiros ou instrumentos de “hedge”. A remensuração de ativos e passivos financeiros decorrente da alteração da taxa de juros de referência é exigida somente se ambas as condições forem atendidas:

- a) a mudança é necessária como consequência direta da reforma da taxa de juros de referência.
- b) a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior (ou seja, a base imediatamente antes da mudança).

A Companhia não identificou alterações em taxas de juros de referência que impactem os fluxos de caixa que geram seus ativos e passivos financeiros até o fechamento do exercício.

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: As alterações emitidas pelo IASB especificam os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:
 - a) O que significa um direito de postergar a liquidação.
 - b) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório.
 - c) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação.
 - d) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft Brasil, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da Statkraft Energias Renováveis S.A., acionista responsável pela sua administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas ao financiamento contratado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco com taxa de câmbio

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda Real em relação a elas.

Em 31 de dezembro de 2021, não há transações que representem risco de taxa de câmbio na Companhia.

(iii) Risco de crédito

A Companhia possui contrato de venda de energia com a companhia CEMIG Geração e Transmissão S.A., companhia de capital aberto controlada pelo Estado de Minas Gerais com ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri. A Companhia entende que o risco de crédito é baixo considerando o cliente com qual possui a sua geração negociada.

b) Risco de liquidez

Compreende o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos (vide nota explicativa nº 1).

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre o financiamento contratado pela Companhia, vide nota explicativa nº 13.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características do financiamento contratado.

“Covenants” são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos “covenants” requeridos no contrato de financiamento pode acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado:		
Caixa e equivalentes de caixa	<u>2.100</u>	<u>6.017</u>
	<u>2.100</u>	<u>6.017</u>
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado:		
Contas a receber	<u>3.168</u>	<u>10.062</u>
	<u>3.168</u>	<u>10.062</u>
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado:		
Fornecedores	2.908	605
Dividendos	<u>5.964</u>	<u>7.209</u>
	<u>8.872</u>	<u>7.814</u>

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata conforme segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Contas bancárias em moeda funcional	1	-
Aplicações financeiras com liquidez imediata	<u>2.099</u>	<u>6.017</u>
	<u>2.100</u>	<u>6.017</u>

As aplicações financeiras têm rendimento equivalente a 99,00% da variação do CDI, podendo ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

7. CONTAS A RECEBER

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fornecimento de energia elétrica	-	12
Saldo de mercado de curto prazo	2.996	9.874
Contas a receber com partes relacionadas	<u>172</u>	<u>176</u>
	<u>3.168</u>	<u>10.062</u>

A Companhia avalia a qualidade de crédito de cada um de seus clientes periodicamente. Para os saldos apresentados não existem títulos em atraso, e tampouco riscos para provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

8. IMOBILIZADO

Abaixo se encontra demonstrado à movimentação de imobilizado, bem como suas respectivas taxas de depreciação anual:

	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Aduadoras	Ferramentas, Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Móveis e utensílios	Edifícios	Arrendamentos	Imobilizado em Andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	127	47.880	29.137	183	164	13.235	92	70	90.888
Custo histórico	194	73.136	44.535	281	311	20.160	140	70	138.827
Depreciação acumulada	(67)	(25.256)	(15.398)	(98)	(147)	(6.925)	(48)	-	(47.939)
Adições	-	-	2	-	-	-	-	589	591
Transferências custo	-	-	45	-	14	-	-	(59)	-
Transferência intangível	-	-	-	-	-	-	-	(8)	(8)
Depreciação	-	(432)	(696)	(7)	(24)	(268)	(46)	-	(1.473)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	127	47.448	28.488	176	154	12.967	46	592	89.998
Custo histórico	194	73.136	44.582	281	325	20.160	140	592	139.410
Depreciação acumulada	(67)	(25.688)	(16.094)	(105)	(171)	(7.193)	(94)	-	(49.412)
Adições	-	-	-	-	-	-	321	569	890
Transferências para imobilizado em serviço	-	-	73	-	-	-	-	(73)	-
Depreciação	-	(432)	(700)	(6)	(24)	(268)	(108)	-	(1.538)
Baixa custo	-	-	-	-	-	-	(140)	-	(140)
Baixa depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	94	-	94
Saldo em 31 de dezembro de 2021	127	47.016	27.861	170	130	12.699	213	1.088	89.304
Custo histórico	194	73.136	44.655	281	325	20.160	321	1.088	140.160
Depreciação acumulada	(67)	(26.120)	(16.794)	(111)	(195)	(7.461)	(108)	-	(50.856)

9. INTANGÍVEL

Está representado pelos custos incorridos na obtenção da licença de operação, compensação ambiental e outros intangíveis cuja movimentação pode ser assim demonstrada:

	Direito de Softwares	Repactuação do risco hidrológico	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	320	-	540	860
Custo histórico	481	-	723	1.204
Amortização acumulada	(161)	-	(183)	(344)
Adições	8	-	-	8
Transferências do ativo imobilizado	8	-	-	8
Amortização	(92)	-	(30)	(122)
Saldo em 31 de dezembro 2020	244	-	510	754
Custo histórico	497	-	723	1.220
Amortização acumulada	(253)	-	(213)	(466)
Adições*	-	10.439	-	10.439
Amortização	(92)	(161)	(31)	(284)
Saldo em 31 de dezembro 2021	152	10.278	479	10.909
Custo histórico	497	10.439	723	11.659
Amortização acumulada	(345)	(161)	(244)	(750)
Taxa média amortização anual %	20%	10,0 à 20,0	10,0 à 20,0	-

(*) As adições representam a aderência às tratativas da repactuação do risco hidrológico previstas na Lei 14.052/2020, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1. A Companhia reconheceu o direito de extensão da concessão no montante de R\$10.439 no ativo intangível em contrapartida à rubrica de custos operacionais (Repactuação do risco hidrológico).

10. FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de mercadorias e serviços	1.462	454
Partes relacionadas	1.446	-
Transações no mercado de curto prazo	-	151
	<u>2.908</u>	<u>605</u>

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos devidos sobre o lucro tributável foram apurados, consoante facultado pela Lei nº 9.718/98, observando o regime de lucro presumido, como a seguir demonstrado:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Base de cálculo presumido	46.574	35.144	46.574	35.144
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%	12%	12%
IRPJ e CSLL	3.726	2.812	5.589	4.217
Outras receitas	269	211	269	211
Base de Cálculo	3.995	3.023	5.858	4.428
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%	9%	9%
Total	(999)	(756)	(527)	(399)
Outros efeitos em tributos	157	(213)	117	(158)
Dedução adicional IRPJ	24	24	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	(818)	(945)	(410)	(557)

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital está representado por 26.761.700 ações ordinárias nominativas (31.761.700 em 31 de dezembro de 2020), sem valor nominal, distribuídas igualmente em 13.380.850 ações para a acionista Adami S.A. – Madeiras e 13.380.850 ações para a acionista Statkraft Energias Renováveis S.A.

Em 26 de junho de 2021 a Companhia reduziu seu capital em R\$5.000, onde o montante de R\$2.500 foi convertido em caixa para cada uma de suas acionistas.

b) Reserva de capital

Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu o ágio na emissão de novas ações.

c) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no exercício em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas.

d) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.

- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Em 2021 foram distribuídos R\$17.791 a título de dividendos adicionais conforme aprovação dos acionistas da Companhia.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Lucro líquido do exercício	25.110	30.354
Constituição da reserva legal	<u>(1.256)</u>	<u>(1.518)</u>
Base de cálculo	23.854	28.836
Dividendo mínimo estatutário - %	<u>25</u>	<u>25</u>
Dividendos propostos	5.964	7.209
Dividendos adicionais	17.791	8.113
Total de distribuição de dividendos do exercício	<u><u>23.755</u></u>	<u><u>15.322</u></u>
Dividendos propostos por ação - em R\$	0,984	1,099
Dividendos adicionais por ação - em R\$	2,935	1,236
	3,919	2,335

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta "Dividendos a pagar" pode ser assim demonstrada:

Em 1º de janeiro de 2020	2.988
Dividendos adicionais aprovados	8.099
Dividendos mínimos obrigatórios	7.209
Pagamentos realizados	(11.087)
Em 31 de dezembro de 2020	7.209
Dividendos adicionais aprovados	17.791
Dividendos mínimos obrigatórios	5.964
Pagamentos realizados	(25.000)
Em 31 de dezembro de 2021	<u><u>5.964</u></u>

13. PARTES RELACIONADAS

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Contas a receber:		
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	<u>172</u>	<u>176</u>
	<u>172</u>	<u>176</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Fornecedores:		
Statkraft Energias Renováveis S.A.(i)	1.287	-
Statkraft Energia do Brasil Ltda. (ii)	<u>159</u>	<u>-</u>
	<u>1.446</u>	<u>-</u>

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Resultado</u>		
Receita na venda de energia elétrica:		
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	1.962	-
	<u>1.962</u>	<u>-</u>
Custo da compra de energia elétrica		
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(1.621)	-
	<u>(1.621)</u>	<u>-</u>
Custo com serviços de partes relacionadas:		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(539)	(568)
Esmeralda S.A.	(77)	-
Santa Laura S.A.	(46)	-
	<u>(662)</u>	<u>(568)</u>
Despesas gerais e administrativas:		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (iii)	(485)	(408)
Esmeralda S.A.	(16)	-
	<u>(501)</u>	<u>(408)</u>
	<u>(2.784)</u>	<u>(976)</u>

- (i) Saldo composto por compartilhamento de custos administrativos e saldo a pagar referente à redução de capital.
- (ii) Saldo composto por compra de energia.
- (iii) Saldo composto por custos administrativos compartilhados.
- a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

14. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita bruta da prestação de serviços	34	32
Tributos sobre a prestação de serviços	1	(5)
	<u>35</u>	<u>27</u>
Receita bruta da venda de energia elétrica	44.231	44.223
PIS sobre a venda de energia elétrica	(262)	(271)
COFINS sobre a venda de energia elétrica	(1.209)	(1.249)
	<u>42.760</u>	<u>42.703</u>
	<u>42.795</u>	<u>42.730</u>

15. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Compra de energia	(19.966)	(4.183)
Repactuação do risco hidrológico	10.439	-
Depreciação e amortização	(1.822)	(1.595)
Serviços de terceiros	(116)	(90)
Serviços tomados de partes relacionadas	(662)	(568)
Encargos setoriais	(826)	(639)
Seguros fianças e comissões	(329)	(268)
Salários e encargos sociais	(253)	(264)
Outros	-	(1)
	<u>(13.535)</u>	<u>(7.608)</u>

b) Despesas

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2021</u>
Serviços de terceiros	(832)	(1.140)
Serviços tomados de partes relacionadas	(501)	(408)
Viagens e estadias	(26)	(13)
Propaganda e publicidade	(125)	(67)
Impostos e taxas	(5)	(60)
Aluguel	(32)	-
Salários e encargos sociais	(69)	(52)
Outros	(91)	(95)
	<u>(1.681)</u>	<u>(1.835)</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	269	211
Atualização monetária sobre contingências	790	-
	<u>1.059</u>	<u>211</u>
Despesas financeiras:		
Encargos incorridos sobre financiamentos	-	(648)
Atualização monetária sobre contingências	-	(790)
Juros sobre arrendamentos	(20)	(5)
Outras despesas financeiras	(30)	(86)
	<u>(50)</u>	<u>(1.529)</u>
	<u>1.009</u>	<u>(1.318)</u>

17. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

A movimentação do saldo de contingências passivas consideradas prováveis pela Administração da Companhia ocorrida no exercício de 2021 ocorreu em razão do provisionamento de contingências Cíveis, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Processos fiscais	53	53
Processos cíveis	<u>2.011</u>	<u>3.003</u>
	<u>2.064</u>	<u>3.056</u>

Contingências possíveis

Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados nesta nota explicativa. No encerramento do exercício de 2021 a companhia não apresentava nenhuma contingência com risco possível de perda.

Processos investigativos

- a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da sua controladora em conjunto Statkraft Energias Renováveis S.A. (SKER), em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a SKER firmou um Acordo de Leniência com o poder público federal para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$18.019 em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft. No estágio atual, não é possível prever o resultado final para os outros casos relatados.
- b) A sua controladora em conjunto SKER e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF (“ANIPA”) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a SKER, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

18. OUTROS RISCOS

a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo mesmo.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando o recebimento pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica efetivamente gerada.

Tendo em vista que o MRE está suscetível a déficit de energia (geração do MRE inferior a garantia física do MRE) foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou “Generation Scaling Factor – GSF” o qual reduz a garantia física de todas as usinas pertencentes ao MRE. Deste modo, as usinas precisam comprar energia no curto prazo, valorada ao PLD, para honrar seus contratos de fornecimento de energia.

Além do mais, é possível a saída e regresso do MRE (dentro dos prazos), onde as usinas não participantes destes mecanismos devem produzir mensalmente a garantia física alocada para o mês em questão.

b) Risco de não prorrogação da autorização

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

19. SEGUROS

A controladora em conjunto Statkraft Energias Renováveis S.A. contratou apólice de seguro de riscos operacionais e Responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 31 de março de 2021 a 31 de março de 2022.

20. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o exercício de 2021, como parte do processo de repactuação do risco hidrológico, a Companhia reconheceu o direito de extensão da concessão da usina no ativo intangível, o qual teve como contrapartida a recuperação do custo operacional. A Companhia realizou tal atividade de investimento não envolvendo caixa, não estando, portanto, refletida na demonstração dos fluxos de caixa.